



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agecom
Agência de
Comunicação
da UFSC

25 e 26 de junho de 2022

DC Revista, AN Revista e Santa Revista (25.06 – 01.07.2022)

Capa e Política

“Os passos para SC ficar ainda melhor”

Os passos para SC ficar ainda melhor / Eleições 2022 / Professor / Eduardo Lobo / Doutor em Direito Público / Luiz Henrique Urquhart Cademartori / Pablo Felipe Bittencourt / Sergio Fernando Torres de Freitas / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina



OS PASSOS PARA SC FICAR AINDA MELHOR



NSC apresenta os cinco eixos do projeto “SC Ainda Melhor” com prioridades do Estado nas eleições 2022. Iniciativa apresenta desafios e avanços para os catarinenses nos próximos quatro anos, elencados por 81 entidades



É preciso avançarmos nos temas que realmente importam para a próxima eleição. Que possamos gastar nossa energia não no combate às fake news, inventadas e requeentadas a cada eleição, mas sim com a difusão da boa informação, marca do povo catarinense

LEOPOLDO AUGUSTO BRÜGGEMANN, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC)



Escaneie o código e veja a cerimônia de lançamento do projeto do SC Ainda Melhor



JEAN LAURINDO
jean.laurindo@nsc.com.br

LUANA AMORIM
luana.amorim@nsc.com.br

Como podemos tornar Santa Catarina um lugar ainda melhor? É em busca das respostas para essa pergunta que a NSC Comunicação montou o projeto “SC Ainda Melhor”. Ele nasceu em 2018 e retorna neste ano com ainda mais alcance. Na nova fase, profissionais da empresa ouviram 81 entidades catarinenses de diferentes setores para mapear quais são as prioridades de investimentos e avanços para o Estado nos próximos quatro anos.

A partir desse levantamento, foram definidos os cinco eixos do projeto, que resumem melhorias que podem contribuir para o avanço econômico e social do Estado. Os temas vão orientar a cobertura jornalística das Eleições 2022 e também podem auxiliar os pré-candidatos na composição dos planos de governo, além de indicar caminhos e avanços necessários para SC a partir de 2023.

O diagnóstico foi transformado em um livro, que será entregue aos pré-candidatos ao governo do Estado. Os cinco eixos são: investimento em infraestrutura; educação e qualificação de mão de obra; ampliar o protagonismo de SC; eficiência na gestão e visão de estadista, e investimento em saúde a longo prazo. Nas cinco páginas a seguir, você confere detalhadamente os desafios e prioridades apontados no levantamento.

O projeto foi oficialmente lançado na última segunda-feira, dia 20, em uma cerimônia no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), em Florianópolis. O evento contou com a presença de representantes de entidades ouvidas no levantamento, dos presidentes dos principais poderes do Estado, como Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC), Ministério Público e Assembleia Le-



Evento de lançamento do SC Ainda Melhor ocorreu nesta segunda, em Florianópolis

gislativa, além do TCE-SC.

Também estiverem presentes cinco pré-candidatos ao governo de SC nas eleições de 2022: o atual governador Carlos Moisés (Republicanos), Jorginho Mello (PL), Esperidião Amin (PP), Gean Loureiro (União Brasil) e Ralf Zimmer (Pros).

Durante pouco mais de uma hora, foram discutidos temas como os desafios da infraestrutura, da educação e da eficiência na gestão. No fim do evento, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC), Leopoldo Augusto

Brüggemann, destacou que o projeto contribuiu com a qualificação do debate eleitoral. Ele reforçou o combate às notícias falsas, as chamadas fake news, que segundo ele têm sido uma preocupação, defendeu a urna eletrônica e a democracia.

– É preciso avançarmos nos temas que realmente importam para a próxima eleição. Que possamos gastar nossa energia não no combate às fake news, inventadas e requeentadas a cada eleição, mas sim com a difusão da boa informação, marca do povo catarinense – disse.



RODOVIAS E FERROVIAS DEVEM SER PRIORIDADES DE INFRAESTRUTURA PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Santa Catarina tem indicadores econômicos que colocam o Estado em destaque, mas ainda encontra desafios em um dos pontos essenciais para o desenvolvimento: a infraestrutura. A necessidade de investimento em infraestrutura é uma das principais queixas das entidades ouvidas no projeto SC Ainda Melhor.

As rodovias federais de Santa Catarina tiveram o segundo maior número de acidentes e feridos em 2021, atrás apenas de Minas Gerais, que tem malha viária mais de três vezes maior. No total de mortes, o Estado foi o quarto do país, conforme os dados do anuário da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Sobre as condições das rodovias, uma pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT) apontou que SC tem 71% das vias em condições regulares, ruins ou péssimas, com metade delas nas últimas duas classificações. O quadro acarreta risco aos motoristas e perda de produtividade às empresas, que dependem do transporte de cargas.

A maior preocupação na infraestrutura diz respeito às rodovias. O presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Santa Catarina (Fetransc), Dagnor Schneider, cita como um dos principais gargalos do Estado trechos da BR-101. Mesmo já concedida à iniciativa privada, a via enfrenta dificuldades em trechos em que o trânsito urbano sobrecarrega o espaço junto a trajetos de longa distância. É o caso da Grande Florianópolis, onde o Contorno Viário é aguardado desde 2012 como esperança de reduzir os congestionamentos no trecho entre Biguaçu e Palhoça. Outros pontos da maior rodovia do Estado que segundo o dirigente também estão perto do limite são o de Itajaí e Balneário Camboriú e o da região de Joinville.

— Na nossa visão, precisamos olhar com mais serenidade e responsabilidade para a infraestrutura, que com certeza será um gargalo, uma ameaça ao desenvolvimento da atividade econômica, seja em Santa Catarina, como é no Brasil. É um tema, na nos-

sa visão, de extrema relevância para o Estado — afirmou Schneider.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS E DA INICIATIVA PRIVADA

As dificuldades em infraestrutura recebem investimentos por parte do poder público. Em 2021, o governo do Estado firmou acordo com a União para repassar R\$ 465 milhões a obras federais em SC, como a duplicação da BR-470, no Vale do Itajaí, e BR-280, no Norte do Estado.

A integração entre os órgãos de governo para a definição dos recursos federais, estaduais e parcerias com a iniciativa privada é apontada como um dos desafios pelo engenheiro civil e professor da UFSC, Eduardo Lobo.

Lideranças de SC defendem que o investimento da iniciativa privada poderia ajudar no avanço da infraestrutura no ritmo que o Estado precisa. O presidente da Aurora, Neivor Canton, afirma que isso poderia permitir as melhorias caso o orçamento público não possa ser ampliado nessa área.

FIQUE POR DENTRO

Sugestões das entidades para infraestrutura:

- Criar plano estruturado e urgente para melhorar a condição das rodovias catarinenses, com acompanhamento contínuo de todas as etapas até a entrega.
- Investir em novos modais de transporte que garantam o escoamento da produção catarinense.
- Ampliar o fornecimento e a distribuição de energia elétrica e o acesso à internet em todas as regiões.
- Investir em fontes de energia renováveis.
- Articular as forças necessárias para garantir os recursos para as grandes obras, como ferrovias e ampliação de portos e aeroportos.
- Priorizar a melhoria das condições de saneamento.
- Revigorar planos de prevenção a eventos e desastres climáticos.

Ferrovias são alternativas para transporte de cargas

As rodovias são a principal preocupação, mas o tema infraestrutura engloba também outros investimentos também importantes para o desenvolvimento econômico do Estado. O engenheiro civil e professor da UFSC, Eduardo Lobo, lembra da importância das ferrovias e também do modal aéreo. Nesse último caso, ele afirma que com parcerias públi-

co-privadas seria possível replicar em aeródromos do interior do Estado modelos como o de concessão feito no aeroporto de Florianópolis, que permitiu a construção de um novo terminal. A estratégia poderia criar alternativas logísticas para além do sistema rodoviário.

No caso das ferrovias, elas são muito bem-vistas também pelo em-

presariado. O presidente da Aurora cita o ramal de Cascavel a Chapecó, que está em fase de estudo e pode integrar o trajeto à Nova Ferroeste. A ferrovia ligará o Mato Grosso do Sul ao Porto de Paranaguá, no Paraná. Para os catarinenses, a extensão seria útil principalmente para o transporte de grãos para a agroindústria do Oeste de SC. A Ferrovia Leste-Oeste

e a Ferrovia Litorânea são outros dois projetos idealizados por indústrias catarinenses. Os trajetos poderiam ajudar no transporte de insumos para as agroindústrias e de cargas dessas empresas em direção aos portos catarinenses. Viabilizar esses projetos, no entanto, têm sido outro desafio, e que deverão estar na agenda dos próximos governantes. >>> SEGUIE >>>

2 EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA



EFEITOS DA PANDEMIA E FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA SÃO PREOCUPAÇÕES PARA EDUCAÇÃO

A educação de Santa Catarina terá nos próximos anos um dificultador nos desafios já habituais que vai exigir esforços do próximo governo e dos parlamentares a partir de 2023. Os quase dois anos sem aulas presenciais regulares por conta da pandemia de Covid-19 deixaram reflexos no aprendizado dos estudantes. Um impacto que demanda atenção.

O tema foi uma das preocupações manifestadas no projeto SC Ainda Melhor. O segundo eixo apontado pelas entidades ouvidas justamente educação e qualificação de mão de obra. As consequências da pandemia no aprendizado dos estudantes são a principal preocupação apontada por especialistas da área.

É o caso de Isabelle Correa Senna, nove anos, que mora em Florianópolis. Ela entrou no 1º ano do ensino fundamental em 2019, antes da pandemia. Nos dois últimos anos, teve atividades remotas ou híbridas. Em 2022, voltou às aulas presenciais, já no 4º ano, mas ainda com dificuldades para ler e escrever.

Para tentar recuperar os conteúdos da alfabetização, a mãe, Roberta Correa Cardoso Senna, está pagando por conta própria uma professora particular e uma neuropsicopedagoga, mas diz que o avanço é lento:

– É muito preocupante. Foram dois anos, mas que prejudicaram cinco, seis anos à frente. A gente tem ciência, ela está para trás – pondera.

O real impacto da pandemia ainda é analisado. Uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC), ainda sem dados divulgados, apura consequências que vão além da defasagem, como o baixo índice de retorno de alunos do Ensino Médio. A Secretaria de Estado da Educação (SED) afirma que os dados de evasão de alunos estão concentrados no Programa de Combate à Evasão Escolar, o Apoia, que envolve também Ministério Público de SC (MPSC) e União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime-SC). Ainda assim, a SED aponta que, para tentar evitar a evasão, adota medidas como a bolsa-estudante, o reforço na busca ativa e

mais tecnologia nas escolas.

A coordenação do programa Apoia informa que somente este ano, 23,7 mil alunos já tiveram registros abertos por possível abandono ou evasão escolar. O número é pouco mais da metade do registrado em todo o ano de 2019, pré-pandemia (40 mil), ou em 2021 (42 mil). Do total de procedimentos abertos, 9,4 mil já foram resolvidos com o retorno às escolas.

SC SUPERA META DO IDEB APENAS NOS ANOS INICIAIS

SC tem 1,6 milhão de estudantes, na soma de todas as redes. Metade disso, 804 mil, fica em unidades municipais, e 541 mil (33%) nas escolas estaduais. No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2019, último ano disponível, o Estado manteve a segunda melhor nota entre todos os estados nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em contrapartida, caiu nos rankings dos anos finais e do Ensino Médio. O cenário do Ideb, no entanto, ainda não englobava toda

FIQUE POR DENTRO

Sugestões das entidades para educação e qualificação de mão de obra:

- Investir em ensino profissionalizante e acesso à tecnologia para suprir a carência de mão de obra em diversas áreas.
- Desenvolver ações a longo prazo para qualificar a educação e manter as crianças e jovens na escola.
- Mapear, acompanhar e atuar diretamente para minimizar os impactos diretos da pandemia no ensino.

a mudança causada pelos dois anos sem aulas presenciais.

Para minimizar o impacto, A presidente da seção catarinense da Associação Brasileira de Psicopedagogia (Abpp), Marlene Beckhauser de Souza, sugere a adoção de equipes multidisciplinares para avaliar os alunos e identificar em que estágio de aprendizado estão. O envolvimento da família também é importante.

Qualificação de mão de obra é outra prioridade

A formação e qualificação de mão de obra é uma necessidade de setores econômicos. Uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontou que SC precisará qualificar 800 mil trabalhadores para vagas que surgirão até 2025. O desafio também passa pelas redes de educação.

No Ensino Médio, onde há atenção à educação profissional técnica,

a pandemia também deixou reflexos.

– O prejuízo maior está justamente nesses jovens lá do Ensino Médio, que teve esses dois anos de defasagem de conteúdo curricular, de prática efetiva, de preparação deles para o mercado de trabalho, e isso ele não consegue acompanhar de outra forma. Por quê? Porque ele está saindo da escola. Muitos deles já abandonam

ou não continuam nos estudos – diz Marlene Beckhauser de Souza.

A educação profissional técnica de nível médio é outro compromisso, presente nos planos nacional e estadual de Educação. Uma das metas estabelece que o total de vagas seja triplicado entre 2015 e 2025.

O gerente de Educação Básica e Profissional do Sesi e Senai em SC,

Thiago Korb, afirma que é preciso olhar para o jovem formado no Ensino Médio e entender que a preparação para o mercado de trabalho não se encerra nesta etapa escolar.

– A educação precisa assumir a centralidade como política pública porque ela dá acesso a várias frentes, e uma delas é a qualificação do trabalhador – aponta.

3 AMPLIAR O PROTAGONISMO DE SANTA CATARINA



MAIOR PROTAGONISMO DE SC ENVOLVE APOIO ÀS VOCAÇÕES REGIONAIS E MAIS INVESTIMENTOS

O protagonismo que SC detém em setores econômicos tem origens diferentes. A colonização fracionada das regiões do Estado, criou economias locais fortes e com características distintas entre si. Desse processo nascem as vocações regionais de SC.

O agronegócio do Oeste, a cerâmica do Sul do Estado, as indústrias têxteis e metal-mecânicas do Vale do Itajaí e do Norte. Atividades diferentes, mas que à sua maneira alcançaram papel de destaque nacional e até internacional. Todo esse contexto traz necessidades diferentes para que as regiões mantenham o protagonismo conquistado ao longo das décadas.

Ampliar o protagonismo de Santa Catarina é o terceiro eixo escolhido por entidades ouvidas no projeto SC Ainda Melhor. A ampliação desse protagonismo pode ser buscada fortalecendo as vocações regionais da economia. Um exemplo é o caso do agronegócio catarinense.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), José Zeferino Pedrozo, diz que para o setor, um investimento importante seria para

conter perdas nos períodos de estiagem. Formas de armazenar água em pequenas propriedades seriam um tipo de investimento importante a ser organizado por um projeto de governo.

O presidente da Federação das Associações Empresariais de SC (Facisc), Sérgio Rodrigues Alves, confirma que a atenção às peculiaridades das regiões também é importante para o destaque do Estado.

– As regiões de SC têm vocação natural, então isso (desenvolvimento) passa, de fato, pela característica regional – aponta.

COBRANÇA POR MAIS RETORNO DE IMPOSTOS

Mas os avanços também passam por outros aspectos. Manter os altos indicadores econômicos e sociais, como o sexto maior PIB do país, com R\$ 323 bilhões produzidos em 2019, e o terceiro melhor IDH, é um deles. Desenvolver outras atividades e serviços, como o turismo, é outra missão. Para alcançar esses objetivos, uma cobrança forte de empresários é o retorno maior de investimentos

públicos em relação ao que o Estado arrecada em impostos federais. Desafio para a interlocução de governadores e parlamentares a serem eleitos em outubro.

– Somos os maiores produtores em termos de maçã, carne suína, segundo maior produtor de carne (de frango). Enfim, acho que SC tem um destaque muito importante no contexto econômico nacional. Infelizmente, e aí nós temos que reconhecer, apesar dos esforços do governo, não recebemos o devido reconhecimento por tudo aquilo que a gente representa na economia nacional – cobra o presidente da Facisc, Sérgio Rodrigues Alves.

O dirigente cobra também incentivo às micro e pequenas empresas, que respondem por 95% dos negócios de SC, segundo dados do Sebrae.

– Quando falo incentivo, é apoio, do governo estadual e até mesmo federal, para o desenvolvimento dessas empresas. Apoio, incentivos fiscais a essas empresas, isso é muito importante, até para gerar novos negócios e facilitar muitas coisas importantes quando uma empresa está em fase de desenvolvimento – sustenta.

FIQUE POR DENTRO

Sugestões das entidades para ampliar o protagonismo de Santa Catarina:

- Melhorar e superar os indicadores econômicos e sociais, tendo SC e não o Brasil como referência.
- Garantir os recursos necessários para a viabilidade das principais obras de infraestrutura urgentes no Estado.
- Criar meios de valorizar e desenvolver as vocações regionais, gerando crescimento sustentável e igualitário em todo o Estado.
- Criar uma política efetiva para atração de investimentos e criação novas receitas para o Estado.
- Explorar e desenvolver o potencial turístico de todas as regiões do Estado, não somente no litoral, sem perder de vista a sustentabilidade ambiental.

Nova fase de vocações regionais

A historiadora e professora Sueli Petry lembra que na construção das economias de SC, como a indústria têxtil do Vale do Itajaí, fez diferença um “olhar visionário”, capaz de enxergar potencialidades onde outros não haviam visto. Como a história se

gue seu curso, ela enxerga no Estado agora uma nova fase, em que migrantes de outros estados que desembarcam em SC contribuem com a economia forte e o protagonismo do Estado:

– Santa Catarina é hoje um caleidoscópio cultural, econômico, que se

destaca de outras regiões. Nós estamos vivenciando no momento uma migração muito grande de pessoas que vêm de outras partes do Brasil. Assim como fizeram os estrangeiros que aqui vieram, agora temos uma migração interna muito grande. Na-

turalmente eles vão sofrer um choque cultural, pela maneira de viver em Santa Catarina. É um novo aprendizado para essas pessoas que aqui chegam, mas eles vêm com outra experiência que vai ajudar no desenvolvimento de SC.

>> SEGUE >>

4 EFICIÊNCIA NA GESTÃO E VISÃO DE ESTADISTA

PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO É AVANÇO APONTADO PARA A EFICIÊNCIA NA GESTÃO DE SC

Em um cenário de recursos escassos, a qualidade na administração do serviço público torna-se ainda mais importante para garantir o desenvolvimento do Estado. Por esse contexto, eficiência na gestão e visão de estadista formam o quarto eixo escolhido por entidades ouvidas no projeto SC Ainda Melhor.

A necessidade de planejamento de longo prazo, que aponte as necessidades do Estado para além do período de apenas um mandato, é uma das principais indicações de entidades e especialistas para avançar na gestão eficiente. As indicações de melhoria envolvem também conceitos presentes, por exemplo, na iniciativa privada. A adoção de planos de gestão por resultados, com metas e até remuneração por desempenho está entre as sugestões.

O presidente-executivo do movimento Excelência SC, Leonardo Costa, explica que a iniciativa busca melhorar a competitividade de organizações catarinenses por meio de um método, o Modelo de Excelência de Gestão (MEG). Um dos objetivos do grupo é que o modelo, adotado em organizações privadas, possa também ser aplicado e trazer resultados em empresas públicas.

As contribuições podem estar em fundamentos como o que propõe a chamada liderança transformadora, que consiste em liderar pelo exemplo e com foco na qualidade. O princípio poderia ser adotado em outra medida: a composição do secretariado.

– Esse fundamento aplicado, por exemplo, nas empresas públicas

significa o governador ser um líder transformador, formar um secretariado que tenha liderança transformadora, que não sejam só políticos, que sejam políticos que tenham conhecimento técnico da pasta, para que possam fazer a diferença na gestão – afirma Costa.

Outro fundamento indicado pelo presidente-executivo é o de desenvolvimento sustentável, em alta na iniciativa privada com o conceito chamado de ESG. A sigla traduz a necessidade de preocupação ambiental, social e de governança nas empresas, e que segundo o dirigente deve ser buscada também na gestão pública.

– Que o governo utilize esse modelo e esses fundamentos para pensar também as questões ambientais, as sociais, que são o papel principal do governo, e que tenha uma governança em que se apoie para entender quem são as partes interessadas e transforme a sua gestão em algo que faça a diferença para o cidadão – defende.

DIFERENÇAS DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Mas o orçamento público tem diferenças em relação à gestão financeira de empresas ou até mesmo dos gastos domésticos do cidadão. Uma diferença está no fato de que enquanto nas empresas e em casa, dívidas são algo do que se tenta fugir, o Estado precisa do endividamento para custear obras e investimentos. O controle dessa dívida é outro ponto apontado como ação importante

nos próximos anos.

Em SC, atualmente a dívida pública é de R\$ 14,1 bilhões, segundo relatório de maio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. Dados da Fazenda indicam que o valor está em queda desde 2018. O professor e doutor em Direito Público pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Henrique Urquhart Cademartori, aponta que SC tem um equilíbrio socioeconômico que favorece a obtenção de recursos.

– Isso (o equilíbrio socioeconômico) historicamente dá ao Estado uma credibilidade para quando ele precisa, por exemplo, de um empréstimo federal, um convênio, uma verba, porque se sabe que historicamente tem fama de saber gerir bem os recursos – afirma Cademartori.

O doutor em Direito Público lembra também que a maior parte dos orçamentos públicos são vinculados às chamadas despesas obrigatórias, como gastos com saúde, educação e pagamento de aposentadorias.

– Pela regra geral no orçamento público, sobra uma margem pequena para que o gestor possa usá-la de forma discricionária. Nesse aspecto é que você diferencia o bom do mau gestor, de como de forma eficiente ele pode gerir esta verba que resta, que é a discricionária – aponta.

Em consonância com o momento atual de avanço na tecnologia, o uso de plataformas digitais pode ser outra medida capaz de contribuir com o serviço público. O economista e professor da UFSC, Pablo Felipe Bit-

FIGUE POR DENTRO

Sugestões das entidades para SC ter eficiência na gestão e visão de estadista:

- Construir com os diversos setores e a sociedade um plano coletivo de Estado a longo prazo, com foco no crescimento contínuo e sustentável de Santa Catarina.
- Implementar planos de gestão por resultados no poder público, com gratificação por atingimento de metas e acompanhamento contínuo.
- Garantir a composição do secretariado com perfil técnico e experiência na área.
- Manter o controle da dívida do Estado, sem deixar de investir em obras necessárias.
- Investir em tecnologia para desburocratizar a máquina pública e criar soluções para aumentar a produtividade do setor público.

tencourt, afirma que o Estado poderia avançar ainda mais na eficiência de gestão com ferramentas que permitam ao cidadão solicitar de forma direta serviços de saúde ou matrículas em escolas, por exemplo.

– Com isso você diminui o número de pessoas envolvidas no processo de análise dessas matrículas, de análise do pedido, e devolve ao cidadão muito mais eficiência no uso do recurso público – propõe.



5

INVESTIMENTO EM SAÚDE A LONGO PRAZO

CIRURGIAS REPRESADAS DURANTE PANDEMIA SÃO PRINCIPAL DEMANDA PARA SAÚDE

A saúde historicamente é uma das maiores preocupações da população e sempre aparece com força nas pautas das discussões eleitorais. Desde 2020, o trabalho dos profissionais da área e a estrutura oferecida para dar suporte aos atendimentos durante a pandemia de Covid-19 deixou o Sistema Único de Saúde (SUS) ainda mais em evidência.

A mesma pandemia que mobilizou mais recursos também impôs consequências, como o represamento de atendimentos e cirurgias eletivas. Investimento em saúde a longo prazo é o quinto e último eixo escolhido pelas entidades consultadas no projeto.

Embora o planejamento de longo prazo seja considerado essencial, a maior preocupação de especialistas em saúde é lidar com a demanda reprimida de atendimentos. O principal efeito da pandemia na saúde de SC foi o acúmulo de cirurgias eletivas, adiadas ou paralisadas durante os

períodos mais críticos da Covid-19. O governo do Estado divulga que o volume de pessoas aguardando por cirurgias eletivas passou de 40 mil antes da pandemia para 100 mil após a crise sanitária.

A situação afeta pacientes como a pequena Ágata. A mãe dela, Adelaide Ferreira, conta que a filha está na fila de espera por uma cirurgia de adenoide diagnosticada há cerca de um ano. Na última vez que ela foi informada, soube que havia mais de 400 pacientes na frente dela, e que não há previsão para o procedimento. Enquanto isso, a menina sofre com dificuldade para dormir e respirar.

– A gente espera que melhore a saúde, porque do jeito que está, não dá – cobra Adelaide.

O especialista em Saúde Pública da UFSC, Sergio Fernando Torres de Freitas, avalia que o Estado só deve voltar a ter níveis aceitáveis de filas de cirurgias eletivas no fim de 2023.

– Por mais que a epidemia se reverta para níveis muito baixos, o sistema vai estar sobrecarregado por conta das doenças crônico-degenerativas, que vieram se agravando ao longo do tempo e que não tiveram espaço para ser tratadas. Agora temos casos de doenças agudas comprometendo o sistema e as crônicas vão ficando para o segundo momento – afirma, pontuando que em alguns casos os pacientes já chegam até em estágios mais avançados e requerem procedimentos mais complexos.

Como alternativa para resolver o problema, o especialista aponta a possibilidade de aumentar os recursos e o número de leitos de centro cirúrgico e UTIs. No entanto, ele considera as medidas de “difícil implementação”, sobretudo no contexto atual, em que as estruturas hospitalares ainda estão sobrecarregadas, na maior parte por casos de síndrome gripal.

– Esse (paciente) que pode espe-

FIQUE POR DENTRO

Sugestões das entidades para investimento em saúde a longo prazo:

- Garantir a retomada e a realização de procedimentos e tratamentos represados durante a pandemia.
- Criar meios de ampliar o atendimento de saúde de maneira descentralizada, considerando o crescimento e os movimentos populacionais do Estado.
- Articular e garantir a correta destinação de recursos da saúde, com foco em políticas de prevenção e investimento em saneamento.

rar vai sendo adiado, tanto que muitas vezes ele se torna um caso urgente e acaba “furando a fila”, digamos assim, porque a pessoa corre o risco de morrer – aponta Freitas.

Investimento e revisão da tabela

A necessidade de mais investimento em saúde é apontada também pelos municípios. Em Santa Catarina, nos últimos quatro anos, o investimento estadual nesta área ficou entre 14% e 15% (o mínimo constitucional é 12% para os estados).

O presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de SC (Cosems-SC), Daisson Trevisol, destaca como um avanço importante a revisão da tabela da saúde, que determina valores pagos pela União

a procedimentos feitos pelo SUS.

– É muito importante a revisão para que a gente possa ter uma gestão melhor de todo esse processo. Isso tem que vir tanto do governo federal quanto do governo estadual, para que essa sobrecarga não fique diretamente nos municípios – cobra.

Outra demanda apontada pelas lideranças e entidades ouvidas no SC Ainda Melhor foi a melhora na condição de saneamento básico no Estado. Trevisol reforça que este também

é um avanço necessário ao Estado:

– A gente sabe que o investimento em saneamento básico faz com que melhore a saúde da população. Quanto melhor o saneamento, melhores os nossos índices (de saúde).

Outro ponto é a descentralização dos atendimentos. O tema costuma ser abordado nos períodos eleitorais, tratado pelo termo “ambulancioterapia”. A crítica se refere à necessidade de que pacientes de cidades menores precisem se deslocar de ambulância

para os maiores municípios ou até mesmo para Florianópolis para fazer exames ou procedimentos, em geral de maior complexidade.

O consultor em saúde da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), Jailson Lima, afirma que investir em tecnologia pode auxiliar:

– Hoje estamos no mundo da tecnologia. E a questão tem que ser mais tecnológica, que permita resolver remotamente um problema de saúde – pontua.

“O que se sabe da menina impedida de fazer aborto”

O que se sabe da menina impedida de fazer aborto / Ministério Público Federal / MPF / Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

>> COTIDIANO | JUSTIÇA

O QUE SE SABE DA MENINA IMPEDIDA DE FAZER ABORTO

Caso ganhou em Santa Catarina repercussão nacional após a divulgação de vídeos que mostram a juíza e a promotora incentivando a criança de 11 anos a seguir com a gravidez



- Você suportaria ficar mais um pouquinho? - pergunta Joana Ribeiro, a magistrada a frente do caso.

CAROLINE BORGES
caroline.borges@nsc.com.br

CLARISSA BATTISTELLA
clarissa.battistella@nsc.com.br

SOFIA MAYER
sofia.dorner@nsc.com.br

O caso da criança de 11 anos, mantida pela Justiça em um abrigo para evitar que fizesse um aborto autorizado em Santa Catarina, ganhou repercussão nacional. A situação veio à tona na última segunda-feira, dia 20, após a divulgação de vídeos, pelo Intercept e Portal Catarinas, que mostram a juíza e a promotora à frente do caso pedindo para que a criança siga com a gravidez.

FIQUE POR DENTRO

Confira a seguir, o que já se sabe sobre o caso até o momento:

POR QUE A MENINA FOI PARA O ABRIGO?

De acordo com a decisão, na qual o g1 SC teve acesso, a juíza alega que a menina foi encaminhada, inicialmente, ao abrigo por conta de um pedido da Vara da Infância para protegê-la do agressor. Mas, o objetivo mudou, e passou a ser evitar o aborto. A suspeita é de que o abuso tenha ocorrido na casa da criança.

QUANDO OCORREU O CRIME?

Segundo o processo, a menina sofreu o estupro quando tinha 10 anos. O caso foi descoberto pelo Conselho Tutelar da cidade em que ela morava, que repassou ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).

A CRIANÇA TEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA FAZER O ABORTO?

A advogada da menina, Daniela Felix, afirmou que existe uma decisão da Justiça que autoriza o aborto. Porém, como a criança estava internada em um abrigo, o fato impedia que o procedimento seja feito. No começo da tarde da última quinta-feira, dia 23, o Ministério Público Federal (MPF) informou que o procedimento de interrupção de gestação ocorreu na quarta-feira, dia 22.

O QUE DIZ A JUÍZA NA DECISÃO?

Na decisão, a juíza afirmou que o aborto só seria possível realizar o aborto com menos de 22 semanas de gestação ou 500 gramas do feto. Ela também comparou a prática a um homicídio.

- Diferente de proteger a filha, iria submetê-la a um homicídio - disse.

- Logo, não se impediu o aborto da menina porque, passado o prazo legal e também o tamanho adequado do bebê, o que foi impedido por esse juízo foi o cumprimento de uma ordem que já não era mais de aborto e só não foi cumprida porque a menina estava institucionalizada [internada em um abrigo] pois, se estivesse com a mãe, teria sido realizado o procedimento sem a salvaguarda da vida do bebê - considerou Joana Ribeiro.

Em nota, a magistrada disse que não se manifestará sobre trechos da audiência: "Com o julgamento do STF pelo não reconhecimento do direito ao esquecimento, qualquer manifestação sobre o assunto à imprensa poderá impactar ainda mais e para sempre a vida de uma criança. Por essa razão, seria de extrema importância

No início do ano, a menina foi vítima de estupro e descobriu que estava grávida com 22 semanas. Ela foi encaminhada ao Hospital Universitário de Florianópolis, onde teve o procedimento para interromper a gravidez negado. Após a repercussão do caso, o Ministério Público Federal (MPF) informou que o procedimento de interrupção de gestação foi feito na quarta-feira, dia 22.

No Brasil, o aborto é permitido em três situações: quando a gravidez é decorrente de estupro, quando há risco à vida da gestante ou quando há um diagnóstico de anencefalia do feto. No entanto, o hospital negou o procedimento alegando que a interrupção só seria realizada com até 20 semanas.

Além disso, nas imagens, a juíza e a promotora pedem para que a menina mantenha a gestação por mais "uma ou duas semanas". O objetivo era garantir a vida do feto.

- Você suportaria ficar mais um pouquinho? - pergunta Joana Ribeiro, a magistrada a frente do caso.

que esse caso continue a ser tratado pela instância adequada, ou seja, pela Justiça, com toda a responsabilidade e ética que a situação requer e com a devida proteção a todos os seus direitos e garantias constitucionais", escreveu.

A CONDUTA DA JUÍZA E DA PROMOTORA É APURADA?

Sim. Tanto o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quanto a Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça de Santa Catarina apuram a conduta da juíza. Enquanto o Ministério Público de Santa Catarina investiga a promotora.

A MAGISTRADA CONTINUA NO CASO?

Não. Na última terça-feira, dia 21, ela informou que foi transferida para a comarca de Brusque, no Vale do Itajaí. Ela alega que a transferência ocorreu devido a uma promoção e aconteceu na última quarta-feira (15), antes da repercussão do caso.

O QUE DIZ A OAB?

Em nota, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Santa Catarina disse que vai trabalhar para garantir a proteção da menina. A entidade escreveu, ainda, que a situação é preocupante e que vai acompanhar todos os desdobramentos do processo para que a vítima receba apoio. "Incluindo o retorno ao convívio familiar e toda a assistência de saúde necessária", ressaltou.

O QUE DIZEM ESPECIALISTAS?

Segundo a ex-coordenadora do setor de Ginecologia e Obstetrícia do Hospital Santo Antônio, em Blumenau, Daniela Lemos Mezzono, o Código Penal não determina um limite de idade gestacional para o aborto em casos de estupro, risco de vida materna ou má formação fetal incompatível com a vida.

O QUE DIZ O HOSPITAL?

Em nota, o Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago, onde a criança foi atendida inicialmente, informou que não divulga informações sobre procedimentos relacionados ao prontuário de pacientes e nem casos que correm em segredo de Justiça.

"Quando ocorre de ultrapassar o limite da idade gestacional estabelecido pelo protocolo para conduzir o procedimento, orientamos a família a recorrer judicialmente para assegurar esse direito", escreveu a direção.



Acesse outros conteúdos em nsctotal.com.br

JOANA RIBEIRO, juíza

“NÃO SOU CONTRA ABORTO”

CAMILLA MARTINS
camilla.coelho@nsc.com.br

Em entrevista exclusiva ao Diário Catarinense, a juíza Joana Ribeiro defendeu decisão que impediu uma menina de 11 anos de realizar aborto em Santa Catarina. A criança engravidou após ser estuprada. Em despacho, ela afirmou que o encaminhamento da menina ao abrigo tinha como objetivo protegê-la do procedimento e de possíveis novas agressões.

– Mas, isso não quer dizer que eu sou contra o aborto, só que o aborto passou do prazo – explicou a juíza, que atua desde 2004 na área da Infância e Juventude, com passagens pelas comarcas de Navegantes e Itajaí.

Em conversa por telefone, a magistrada deixou claro que não quer expor questões processuais ou da menina por proteção a menor. Confira a entrevista:

Primeiro, quero ouvir a senhora sobre a repercussão do caso e da decisão.

Um ponto importante é a coerência de tudo o que eu faço, de defender o direito à privacidade da criança. Não é justo em um momento de crise, para me proteger ou me defender, eu não fazer isso e colocar em evidência questões processuais ou da menina.

Então, tem uma questão teórica, tenho artigos e livro onde falo do Marco Legal da Primeira Infância, falo do direito da criança e do adolescente começar desde o nascimento, tem tudo isso. Mas, isso não quer dizer que eu sou contra o aborto, só que o aborto passou do prazo. Eu não quero dar detalhes por conta da segurança dessa criança. É muito grave.

Então, por coerência, eu prefiro que me acusem de tudo quanto é coisa, mas a menina esteja preservada. (...) É muita covardia eu querer me defender, eu tenho mil coisas para me defender, mas é muito covarde eu tentar me defender e expor a menina, a mãe da menina, a família. Então eu prefiro aguentar sozinha essa pressão.

Tem outra questão que é a segurança institucional de que os meus dados já foram quebrados e eu já corro risco de vida. Então, tem mais uma responsabilidade de não gerar um custo para o tribunal de ter que colocar seguranças, tem mais isso. Não posso sair falando por aí e o tribunal ter de ficar sustentando guarda-costas.

Veja que são dois pontos de vista, um de coerência do direito da criança e adolescente e outra de coerência com o dinheiro público, né? Então por isso que eu não vou me defender.



ALAN SOARES/AGÊNCIA A3

Sobre a questão de o procedimento ter “passado do prazo”. Que prazo é esse?

Assim, a palavra aborto tem um conceito e esse conceito é de até 22 semanas. Esse conceito é da OMS (Organização Mundial da Saúde) e do Ministério da Saúde.

E qual a posição da senhora sobre o processo da Corregedoria-Geral, que apura sua conduta?

Estou bem tranquila quanto ao processo, a Corregedoria vai instaurar o procedimento, eu vou fazer a defesa. Mas, se eu ficar dando muitas entrevistas, vou acabar expondo a menina e eu que sou a adulta do caso, então o adulto aguenta as consequências. E quando eu escolhi essa profissão, eu sabia que era um sacerdócio. Não é uma profissão que você possa sair se expondo. Então estou preparada. Preparada para não gerar gastos para o Tribunal e não gerar risco de vida.

Há quanto tempo a senhora atua nesta área?

Passei em 2004 e nunca me afastei dessa área (da Infância e Juventude).

Por que a escolha de atuar na Infância e Juventude?

Eu, enquanto criança, vi amigos que ficaram órfãos, crianças que sofreram abandono, vivi isso na infância, e talvez isso tenha criado essa empatia muito grande com as crianças. Inclusive, na semana passada, estava na Paraíba defendendo que o Juízo 100% Digital não cabe no direito da criança e adolescente porque a criança tem de ser ouvida com carinho e com atenção.

Sobre a questão de a senhora não estar mais no caso, foi uma decisão do TJ ou foi a senhora que pediu?

Fui promovida. Na semana passada, fui promovida por merecimento. Estava renunciando e não me candidatava a promoções que apareciam, para ficar na Infância. Mas desta vez, resolvi aceitar uma promoção. Mesmo aceitando que eu ia me afastar da Infância temporariamente.

E esse aceite, foi por causa do caso?

Não. Minha promoção aconteceu quarta-feira da semana passada (dia 15) e o caso estourou ontem (segunda-feira, dia 21). Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Sou uma pessoa que faz tanto o bem que sou abençoada por Deus. A promoção saiu antes deste estouro.

A decisão afeta a sua carreira? Pensa em mudar?

Não. Estudei para isso, para tomar decisões deste tipo. Para isso que estudo, que me dedico. Passo os finais de semana lendo, tenho uma biblioteca caríssima que eu compro livros importados, é isso. Estudo para isso, para fazer um caso como esse. Minha promoção saiu antes, coincidiu que esse caso estourou depois. Não estou afastada do serviço por ordem do Tribunal. Estou afastada do serviço porque estou em período de trânsito (mudança).

A senhora está com medo em relação a sua segurança?

Sim, em relação a minha segurança e a da minha família. Só isso. O resto não tenho nenhum problema. De honestidade, de nenhum procedimento na Corregedoria, os advogados da comarca me adoram, me elogiam, podem vasculhar imposto de renda, o que for. Está tudo certo e tudo coerente. A minha posição é de não ser incoerente. Minha coerência é proteger sempre a criança, ainda que isso tenha um custo pessoal para mim.



Assim, a palavra aborto tem um conceito e esse conceito é de até 22 semanas. Esse conceito é da OMS (Organização Mundial da Saúde) e do Ministério da Saúde.



Estou bem tranquila quanto ao processo, a Corregedoria vai instaurar o procedimento, eu vou fazer a defesa.



A minha posição é de não ser incoerente. Minha coerência é proteger sempre a criança, ainda que isso tenha um custo pessoal para mim.

COMO É A LEGISLAÇÃO SOBRE ABORTO NA AMÉRICA LATINA

Mapa destaca como o tema é tratado por lei em 25 países do continente. Ele está dividido em quatro categorias: legalizado, descriminalizado, criminalizado com exceções e criminalizado

MAYARA SOUTO COLLAR
mayara.collar@nsc.com.br

O caso da menina de 11 anos impedida de realizar aborto legal em Santa Catarina após sofrer um estupro abre espaço para a discussão do assunto. Dados globais da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que o aborto é um procedimento comum, que acontece em seis a cada 10 gestações indesejadas. E desse número, 45% são abortos inseguros.

No Brasil, a prática é considerada ilegal, mas tem algumas exceções definidas pelo Código Penal. Na América Latina, a legislação diverge entre países que têm regulamentação em lei para a prática e alguns que a proíbem, sob qualquer circunstância. Entre os quatro países mais populosos do continente (Brasil, México, Colômbia e Argentina), apenas o Brasil mantém o aborto como um crime.

O mapa ao lado destaca 25 países para mostrar como o aborto é tratado por lei. Ele está dividido em quatro categorias: **legalizado**, **descriminalizado**, **criminalizado com exceções** e **criminalizado**.

É necessário entender que existe diferença entre a **legalização** e **descriminalização**. A legalização faz com que todas as possíveis sanções para o ato sejam eliminadas e exista uma regulamentação do funcionamento. Já na **descriminalização**, o ato deixa de ser ilícito apenas do ponto de vista penal. Ainda assim pode haver punições administrativas. Quando se cri-

iminaliza, o aborto é considerado um **crime**. Alguns países possuem **exceções** para permitir a prática.

No caso de legalizar, significa definir como o aborto poderá ser feito, o acesso público ao procedimento e inclusão até no plano de saúde, além de impedir qualquer condenação. Já descriminalizar o aborto faz com que a mulher deixe de responder a um crime por fazê-lo, mas não define processos e nem torna um direito público.

Na América Latina, apenas seis países legalizaram o aborto. O primeiro foi Cuba, em 1965. A Argentina fez um longo movimento pela legalização, que aconteceu em 2020. Outras três nações descriminalizaram a prática recentemente, entre o final de 2021 e início de 2022. Entre elas está o México, que define as leis por estado – a Cidade do México já tinha a legalização definida desde 2007.

Seis países criminalizam totalmente o aborto em qualquer circunstância. Em El Salvador, por exemplo, um caso ganhou repercussão em 2019, após uma mulher ser presa por ter sofrido um aborto espontâneo.

O restante do continente considera o aborto crime, mas abre algumas exceções. Casos que colocam a saúde da mulher em risco, gravidez resultante de estupro, bebês anencéfalos e até fatores socioeconômicos são alguns critérios permissivos. No mapa é possível ver a condição legal em cada país através das cores com essas classificações.

MAPA DO ABORTO NA AMÉRICA LATINA



Infografia: Editoria de Design NSC

Fonte: Center for Reproductive Rights

Legislação no Brasil e recomendações da saúde

O Código Penal Brasileiro não define até quantas semanas o aborto é permitido. Ele define a prática como crime, com penalidade, com exceção para três situações: estupro, risco de vida da mãe e quando o bebê é anencéfalo. Nesses casos não existe nenhuma condição de tempo para praticar o aborto. O código também não define até quando é aborto e a partir de quanto tempo passa a ser considerado nascimento prematuro.

O Ministério de Saúde produziu uma cartilha com diretrizes sobre o abortamento, em que orienta os profissionais da saúde no atendimento

Escaneie o código e confira o texto do Código Penal sobre aborto



Mire a câmera do celular no código e veja a cartilha do Ministério da Saúde



de mulheres que passam por esses casos. A **cartilha** foi editada e publicada no início de 2022 e considera “todos os abortos crime”, em contradição ao que diz o código penal.

Além disso, a cartilha define que

até 22 semanas é considerado aborto, e a partir disso, seria considerado um parto prematuro, o que não estaria amparado sob a definição do código penal. Porém, a lei não trata sobre tempo e nem faz essa definição, o que

torna tudo muito subjetivo.

Em contrapartida, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou em março de 2022 algumas diretrizes sobre o aborto seguro. Isso aconteceu devido à alta taxa de mortes de mulheres em procedimentos clandestinos. Anualmente, 39 mil mulheres morrem e milhões são hospitalizadas com complicações causadas por abortos inseguros.

O documento reúne 50 recomendações, que seguem evidências científicas atualizadas, abrangendo a prática clínica, a prestação de serviços de saúde e o suporte legal.

Capa e Cotidiano

“Vozes do orgulho”

Vozes do orgulho / LGBTQIA+ / Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária /
Christian Strack / Ale Mujica Rodríguez / Instituto de Estudos de Gênero / IEG /
UFSC

LGBTQIA+

As histórias de quem
luta por respeito e
conscientização no Estado

PÁGINAS 30 a 33

>> COTIDIANO | VISIBILIDADE

VOZES DO OR GU LHO

Conheça a história de cinco catarinenses que lutam pela sobrevivência e a ocupação de espaços da comunidade LGBTQIA+ em Santa Catarina

GABRIELA FERRAREZ
gabriela.figueiredo@nsc.com.br

Olhares de reprovação, dedos apontados, surra, perseguição. Pessoas LGBTQIA+ são expostas a violências físicas e veladas quando estão na rua, no trabalho ou em uma festa. Frequentar lugares para Rafiella, Hazieli, Christian, Fernanda e Valentina e para todos os membros da comunidade significa ser visível ao mundo e os riscos.

A reação agressiva de muitas pessoas pode cercar a liberdade de mulheres lésbicas, homens gays, pessoas bissexuais, transsexuais, queers, intersexuais, assexuais e mais, e os obriga mudar rotina, rota e evitar certos lugares.

Moradora de São José, na Grande Florianópolis, Valentina Gonsalve, 26 anos, mulher transsexual, não sai na rua sozinha. Tem medo de sofrer violência física, pois já foi perseguida.

– Se eu não tiver um grupo com mais pessoas junto comigo, amigos, tenho medo, não tenho coragem (de sair) – conta ela.

O sentimento não é só de Valentina. O publicitário Hazieli Schneider, 25 anos, não se sente à vontade de frequentar nenhum lugar. Isso porque ele foi espancado por um estranho na rua, quando estava com um homem em um banco de praça, no bairro Estreito, em Florianópolis. A agressão não foi só física. Machucado, foi obrigado a contar aos pais que é gay.

– Não me sinto tranquilo de frequentar lugar nenhum, essa é a verdade – desabafa Hazieli, que também já se sentiu excluído da própria comunidade LGBTQIA+ por ser negro.

A sensação, muitas vezes, é de não pertencer a esse mundo. Em muitos casos, quando a agressão não vem de forma física, ela se expõe pela invisibilidade. De cabelo raspado, tatuada, de blusa cropped justa, Rafiella Schalinski, 23 anos, andava de bicicleta em Blumenau, no Vale do Itajaí, quando viu a mãe de uma criança que andava na rua com a filha se chocar com a passagem dela.

– Ela quase tapou o olho da menina, pra ela (a criança) não ver que estou passando, que existo – relembrou Rafiella, que é uma mulher lésbica, conhecida como Xalinska nas redes sociais.

A tentativa de “não ver”, passa até mesmo pelo termo utilizado para se referir à mulher que sente atração por outra mulher.

– A própria palavra lésbica, a pessoa parece que tem medo de falar essa palavra, lésbica, tem um peso, vem uma coisa pejorativa. Às vezes, estou falando, então vem alguém e fala: “Ai, não fala assim”. Como assim? Não fala como? É lésbica.

A ocupação plena de espaços passa também pela liberdade de demonstrar afeto. Algo que o estudante de engenharia ambiental e sanitária, Christian Strack, 25 anos, evita. O único lugar que ele se permite andar de mãos dadas com outro homem é na UFSC.

– (Na UFSC), sentia que era um espaço seguro. Aqui nunca tive olhares ou me senti desconfortável – conta.

De acordo com Ale Mujica Rodríguez, pessoa trans não-binária, que é ativista, pesquisadora, médica e doutora em saúde coletiva, a exclusão passa por “marcadores sociais”:

– Estamos em uma sociedade que é cisgênero, branca, heteronormativa e colonial, que cria espaços e cenários para pessoas que são LGBTQIA+ não transitam – diz.

E complementa:

– Esses marcadores sociais, dependendo se as pessoas estão dentro de certa hegemonia ou não, eles vão demarcar simbólica e literalmente os trânsitos dessas pessoas, em diferentes espaços.

Foi exatamente a ocupação de um local pela comunidade que deu início a celebração do Dia Internacional da Visibilidade LGBTQIA+, em 28 de junho. Segundo a startup Todxs, foi nessa data, em 1969, que ocorreu a revolta de Stonewall. O nome é de um bar, em Nova York, onde a comunidade LGBTQIA+ se encontrava. Na época, a relação entre pessoas do mesmo gênero era considerada crime, e eles eram impedidos de demonstrar afeto em locais públicos. Naquele dia, o grupo resolveu enfrentar a violência policial.

30 | NSCTOTAL.COM.BR

Orgulho por existir

– As pessoas, às vezes, me falam: “Nossa, mas você nem parece trans”, como um elogio. Mas respondo, quero parecer trans! Tenho orgulho, sou uma travesti, quero ocupar esse espaço. Não tem problema eu parecer uma mulher trans, é o grupo que pertencem e quero pertencer a esse grupo – fala Valentina.

A jovem começou a transição em 2020, quando começou a pandemia. A obrigatoriedade de máscaras na época foi a maior aliada. Isso porque fazia sessões para retirar à laser a barba, e a máscara permitiu que ela cobrisse o momento de transição. Isso fez com que as pessoas a tratassem no feminino, porque viam apenas os olhos.

Em 2021, o Brasil foi eleito, pela 13ª vez consecutiva, o país que mais mata pessoas transsexuais e travestis no mundo. Os dados são do Dossiê de Assassinatos e Violências contra essa parcela da população brasileira em 2021, produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (Antra). Conforme o dossiê, em Santa Catarina, mesmo com a falta de dados, duas pessoas morreram por serem transsexuais. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2020, 52 pessoas foram vítimas de violência física motivada por homofobia ou transfobia no Estado, que ocupa o 4º lugar com maior índice de violência contra o público LGBTQIA+ no Brasil.

Dados esses que, para Rafaella, justificam a necessidade de sentir orgulho por ser LGBTQIA+.

– Sinto orgulho por ser LGBTQIA+, por ter sobrevivido. Vai bem além do “Ah, tenho orgulho de gostar de mulher”. Não, tenho orgulho de fazer parte de um grupo que é historicamente oprimido – explica.

O mês do orgulho LGBTQIA+ é marcado por paradas da diversidade e outros eventos, que buscam chamar a atenção para a comunidade. Para Christian, essas manifestações são necessárias até que a violência pare e os direitos sejam garantidos.


– Tenho orgulho porque existo. E acho que a gente precisa ter orgulho enquanto isso for uma pauta, enquanto nossos direitos não forem iguais, enquanto eu não puder andar na rua, casar, ter filhos, tenho que sentir orgulho. Porque não é sobre quem gosto, é sobre quem sou – destaca.


Ambos bissexuais, o estudante e Fernanda Martins, 26 anos, compartilham a falta de crédito e respeito dentro e fora da comunidade LGBTQIA+:

– Quando falo, as pessoas não botam muita fé. Tu é realmente? Tem certeza? Não é uma fase? Hoje tu tá ficando com mulher, mas já vai passar, ou o contrário.

A fala de Fernanda se parece bastante com a de Christian, que também reclamou de não ser levado a sério:

– De amigos meus falarem pra mim, quando falo da relação que tive com mulheres: “Esqueço que você é bissexual”. E aí vem a parte da invalidação da minha sexualidade.

 Fernanda Martins encontrou em Florianópolis um lugar para viver a sua sexualidade

 Rafaella Schalinski, ou Xalinska, como é conhecida nas redes sociais, participou da maior parada da diversidade do Brasil, em São Paulo

FOTOS: THIAGO GIZZI/IN



>> SEGUIE >>

Fora do armário

A família de Christian se mudou de Iporã do Oeste, na fronteira entre Santa Catarina e a Argentina, para Florianópolis nos anos 1990, e o estudante de engenharia nasceu e foi criado na Capital. Ele se sentiu obrigado a contar para os pais que é bissexual, após parte da família que ainda estava no Oeste descobrir o relacionamento dele com outro homem.

– Para ter algum controle da situação, contei. Mas senti que esse momento foi roubado de mim – desabafa.

Ele fala que foi “empurrado” para fora do armário, já que uma situação externa o obrigou a falar sobre o assunto com os pais. Palavra utilizada por Haziel, que tem

o mesmo sentimento já que se revelou à família após agressão.

Fernanda contou ser bissexual aos pais há sete anos, e mesmo orgulhosa, reconhece o momento como um dos mais difíceis desde que se descobriu. Um dia depois de se assumir, ela saiu de casa. Assim como para ela, muitas pessoas não encontram apoio familiar.

– Eu me assumi, no outro dia tive que fazer minha mochila e sair, porque minha mãe não queria me ver. Foi bem pesado para os meus pais. Fiquei seis meses indo e vindo – conta Fernanda, que atualmente mora em Florianópolis e encontrou na cidade uma oportunidade para viver a sexualidade.

Trans são mais vulneráveis

Dados mostram que existem camadas de privilégio dentro da comunidade LGBTQIA+, ou seja, certos grupos correm maior risco e sofrem mais violência. O relatório do Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ mostrou que, em 2020, mulheres trans e travestis correram 17 vezes mais risco de serem assassinadas do que um homem gay no Brasil. Os números foram levantados pelo coletivo Acontece Arte e Política LGBTI+ e o Grupo Gay da Bahia.

O Observatório ressalta, no entanto, que os números podem estar defasados já que muitas Secretarias de Segurança Pública não descrevem a raça das vítimas. Ainda assim, 54% das mortes por lgbtphobia são de pessoas negras ou pardas. Em 2020, segundo a pesquisa, 74 pessoas pretas ou pardas morreram por serem LGBTQIA+, em comparação com 64 brancas e 99 que não tiveram a raça descrita. Os dados podem estar subnotificados devido à pandemia.

Como pessoa trans não-binária, Ale ressalta que homens transsexuais e pessoas não binárias trabalham para que mais dados relacionados às violências sofridas por esse grupo sejam explorados. Mas a violência, como ressaltou Ale, não abrange apenas o âmbito da ameaça à integridade física ou à vida. Pessoas LGBTQIA+ podem ter direitos à saúde, educação e trabalho cerceados pelo preconceito.

Valentina é um exemplo disso. Ela lembra um episódio que prejudicou a vida es-

colar, quando antes de ter se assumido uma mulher trans, foi vítima de violência. No terceiro ano do Ensino Médio, Valentina e uma amiga, que também não havia feito a transição para mulher trans, foram convidadas pela escola a utilizar o banheiro exclusivo para professores. Isso porque a presença delas incomodava os meninos que usavam o banheiro masculino. Mas o episódio fez com que a travesti largasse o último ano do Ensino Médio, que só foi finalizar alguns anos depois, aos 22 anos.

A jovem confessa que há pelo menos dois anos evita ir ao médico ou a pronto-socorros, locais que insistem em chamá-la pelo nome de batismo e não pelo que escolheu: Valentina. Ela lembra que, quando positivou para a Covid-19, quase recusou atendimento quando foi chamada em voz alta pelo nome de nascimento em meio à sala de espera lotada da emergência.

O processo para a retificação do nome demorou mais para Valentina, porque quando decidiu pela transição, estava desempregada. Sem renda, ela não conseguiria pagar as taxas, que custam em torno de R\$ 300. Assim como outras pessoas transsexuais, teve que entrar com um processo judicial. Foi em uma oportunidade de emprego exclusiva para pessoas trans que Valentina conseguiu trabalhar sem medo de ser desrespeitada por colegas. Com orgulho, ela diz que é a única funcionária trans do shopping Itaguaçu, em São José.





INZCHIG DORVAL



O medo é da rejeição por pessoas que você mais gosta.

CHRISTIAN STRACK, estudante

ANDRÉ HESSIAN



INZCHIG DORVAL

1 Haziel Schneider conta que já foi demitido de um emprego por pintar o cabelo

2 Valentina Gonsalve fala que uma das violências mais difíceis é a tratarem no masculino, mesmo com seu nome no crachá.

3 Até hoje o estudante Christian Strack sente-se mais seguro dentro dos limites da universidade

O FUTURO É AGORA

DICIONÁRIO LGBTQIA+

LÉSBIICAS são mulheres que sentem atração sexual/romântica por outras mulheres.

GAYS são homens que sentem atração sexual/romântica por outros homens.

BISSEXUAIS são pessoas que sentem atração sexual/romântica por mais de um gênero. Devido ao sentido literal do termo "bi", erroneamente indicam a bissexualidade como binária, contudo, é preciso entender que bissexuais também podem sentir atração por não-binários.

TRANSEXUAIS são pessoas que não se identificam com o gênero atribuído no nascimento. A transexualidade se refere à identidade de gênero oposta ao sexo físico biológico, utilizado tanto para identidades masculinas (transmasculino), quanto femininas (transfeminina).

TRAVESTIS são mulheres que se identificam com o gênero oposto ao atribuído no nascimento. Inicialmente considerado pejorativo, o termo foi ressignificado e passou a ter mais peso político, sendo utilizado apenas pessoas trans com identidades femininas. Desse modo, o artigo e os pronomes corretos são A travesti e ELA/DELA. É importante ressaltar que a identidade de gênero independe da cirurgia de redesignação sexual.

QUEER são pessoas que não se identificam com os padrões de heteronormatividade impostos pela sociedade e transitam entre os "gêneros", sem necessariamente concordar com tais rótulos. A teoria queer defende que a orientação sexual e identidade de gênero não são resultado da funcionalidade biológica, mas de uma construção social.

INTERSEXUAIS são pessoas que possuem variações biológicas não binárias. A intersexualidade está relacionada às características sexuais biológicas, diferente da orientação sexual ou da identidade de gênero. Uma pessoa intersexo pode ser hétero, gay, lésbica, bissexual ou assexual, e pode se identificar como mulher, homem, ambos ou nenhum. O termo hermafrodita era usado erroneamente para descrever espécies e não para descrever indivíduos de uma espécie, além de ser errado utilizar o termo, é preconceituoso.

ASSEXUAIS são pessoas com ausência total, parcial, condicional ou circunstancial de atração sexual. A assexualidade é um termo guarda-chuva que engloba aromânticos, românticos, homoromânticos, heteroromânticos, biromânticos, panromânticos, demissexuais, entre outros.

O **+** é utilizado para incluir outros grupos e variações de gêneros e sexualidades, dado que a sigla está em constante mudança, como por exemplo a panssexualidade e a não-binariedade.

PANSSEXUAIS são pessoas que possuem atração sexual/romântica por pessoas independentemente do sexo ou gênero. A diferença entre panssexualidade e bissexualidade está no contexto histórico, visto que surgiu como um movimento contrário à rejeição de pessoas trans ou não-binárias.

NÃO-BINÁRIE são pessoas que não se identificam no padrão binário de gênero. A não-binariedade é um termo guarda-chuva, e engloba as identidades e expressões de gênero que fogem ao binarismo, como por exemplo agênero, gênero fluido, entre outros.

FONTE: INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO DA UFSC (IEG)

A reportagem perguntou aos cinco entrevistados o que se pode fazer hoje para ter um futuro melhor. Para Haziel, a mudança pode começar com a comunidade LGBTQIA+ entendendo o papel político e referência para outras pessoas do grupo.

– Muitas pessoas olham para você e têm uma esperança. A gente tem que ter noção do nosso lugar no mundo, e ter noção que ser LGBTQIA+ é algo político. Começa na gente, mas não depende só da gente – fala.

Para Christian, o combate à lgbtobia passa pela representatividade e pela criação de políticas públicas para a comunidade:

– Não tem outro jeito. É ocupar espaços. A gente precisa ser colocado em locais de visibilidade até ter os mesmos direitos que a outra pessoa.

Fernanda acredita que a mudança pode começar pela família, que muitas vezes precisa de instrução para respeitar o filho, filha ou filhe. Valentina reforça que gênero e sexualidade são temas que precisam ser tratados em escolas.

RESPONSABILIDADE DE TODOS

Rafaella, por sua vez, entende que o futuro pode ser diferente quando pessoas cis e hetero também se manifestarem ao presenciarem cenas de violência contra a comunidade LGBTQIA+:

– Acho que você estar em silêncio é estar do lado do opressor. Então, se você tá em uma situação de homofobia, se você faz algo para mudar, aí você tá fazendo algo com a sua heterossexualidade, com a sua branquitude, com o seu lugar de privilegiado.

A responsabilidade de pessoas que não fazem parte da comunidade LGBTQIA+ também foi lembrada por Ale, citando ainda que, muitas vezes, é esperado que mulheres lésbicas, homens gays, pessoas bissexuais, transsexuais, queers, intersexuais, assexuais e mais ofereçam a pergunta e a resposta para a mudança. Mas, na visão de Ale, deveria ser o contrário:

– Me diga o que vocês, pessoas cis hétero, podem fazer para que nós, pessoas LGBTQIA+, não continuemos sofrendo as violências que vocês mesmo criaram? Então, vai lá, pensem vocês em algo – conclui.

DC Revista, AN Revista e Santa Revista (25.06 – 01.07.2022)

Capa e Cultura & Comportamento

“Marco Vasques lança cinco livros inéditos”

Marco Vasques lança cinco livros inéditos / Curso de Filosofia / UFSC

DC Revista (Capa)

LITERATURA

Conheça a trajetória
do escritor catarinense

Marco Vasques

PÁGINA 34

MARCO VASQUES LANÇA CINCO LIVROS INÉDITOS

Escritor, que ficou órfão do pai e lutou com a mãe para sustentar a família, vive o desafio de “tirar a cultura da condição de supérfluo”

GISELE KAKUTA MONTEIRO

Uma coletânea de poesias esquecida na lanchonete onde trabalhava despertou Marco Vasques para a literatura. Sem conseguir localizar o dono e devolver, ficou com o volume de autoria do francês Paul Éluard. Ele, que “nem livros tinha em casa”, passou a ser leitor voraz, escritor, crítico de teatro e, neste mês de junho, lança cinco obras inéditas.

Vasques nasceu em 1º de janeiro de 1974 numa visita da família aos parentes do pai, de Estância Velha (RS). Registrado em terra gaúcha, considera-se catarinense de Imbituba, no Sul do Estado, cidade da mãe e onde os pais viviam. Cresceu no sítio do avô materno, agricultor e pescador. O pai morreu em um acidente de carro quando ele tinha um ano. A mãe, que não havia frequentado escola e nem sido alfabetizada, passou a ser a única responsável pelo sustento e educação dos quatro filhos pequenos.

Nos anos 1980, mudaram para Joinville, polo industrial do Estado, com mais oportunidades de trabalho. Vasques tinha 10 anos. Começou a vender picolés e tapetes costurados pela mãe com retalhos descartados pela indústria têxtil. Teve empregos diversos, como balconista de uma lanchonete na rodoviária e operário em fábricas.

Ser escritor nunca esteve no horizonte durante a infância e adolescência quando precisou ajudar a sustentar a família. O contato com a literatura havia sido somente no colégio. Mas, a partir das poesias de Paul Éluard, começou a “recuperar o tempo perdido”. Devorou o livro do francês e mais coleções inteiras de Carlos Drummond, Graciliano Ramos, Machado de Assis, entre outros grandes escritores.

Aos 28 anos, o primeiro livro dele, “Cão no Claustro”, foi lançado em Florianópolis, onde passou a viver. Observou na coletânea de poemas a necessidade de melhorar a linguagem, estudo deixado de lado na escola quando se dedicava mais ao trabalho. Apesar de o autor considerar “irregular”, essa obra foi a confirmação de que havia encontrado na literatura a maneira de existir no mundo. Das imagens, cheiros e ambientes cotidianos extrai questões essenciais do ser humano, que expressa nos textos.

Acumula 20 títulos publicados. Em lan-



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

Escaneie o código a seguir e confira história de outros escritores de SC



1 Os escritores Marco Vasques e Silveira de Sousa

2 Marco junto dos escritores Péricles Prade e Carlos Henrique Schroeder

çamento, estão “Verde, Amarelo, Azul e Branco”, reunindo contos com a temática da pandemia da Covid; “Valdir Rocha – O Construtor de Enigmas” e “A Artesania Tipográfica de Cleber Teixeira” (escrito com Denize Gonzaga). Outros dois volumes inéditos são “Fazer o Teatro”, em parceria com Rubens da Cunha, apresentando entrevistas com atrizes catarinenses. Neste domingo, dia 26, às 18h, tem sessão de autógrafos na Associação Joinvilense de Teatro.

A relação com o teatro começou como ator, sonoplasta, diretor e à frente de algumas montagens. cursou Filosofia na UFSC e seguiu com o doutorado em Teatro. Mas foi escrevendo que encontrou o caminho na dramaturgia. Atualmente, é editor do Caixa de Pont[o] – jornal brasileiro de teatro e apresentador de um programa cultural na web. Também colaborou em periódicos.

Vasques vive o desafio de “tirar a cultura da condição de supérfluo num país onde falta o básico a milhões de pessoas. Precisamos alimentar o espírito, pensar em vivências, não apenas em sobrevivência”, diz.



As capas dos cinco livros inéditos que o escritor vai lançar em julho

Notícias do Dia

Geral

“DNA vai comprovar autor de estupro de criança em SC”

DNA vai comprovar autor de estupro de criança em SC / Ministério Público Federal / Aborto / Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina

DNA vai comprovar autor de *estupro de criança* em SC

Adolescente é o principal suspeito, mas outras pessoas do convívio da vítima também serão testadas; menina realizou aborto legal na última quarta-feira

Maria Fernanda Salinet
maria.salinet@ndmais.com.br

O material genético de um adolescente será analisado, por meio de exame de DNA, para comprovar se ele é o autor do estupro da menina de 11 anos que engravidou em Santa Catarina. Além dele, que poderá sofrer medidas socioeducativas, pessoas do convívio da vítima serão testadas para descartar outros suspeitos.

A menina realizou a interrupção da gravidez de 29 semanas na noite da última quarta-feira no Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago, da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

Segundo a delegada Patrícia Zimmermann, coordenadora das DPCamis (Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso) em Santa Catarina, não há espaço para falar em sexo consensual.

“O artigo 217-A é muito claro. Há o crime de estupro contra um menor de 14 anos. Trabalhamos com a hipótese da violência presumida”, reforça.

Isso porque para a caracterização do crime de estupro de vulnerável, prevista no artigo 217-A do Código Penal, basta que o agente tenha conjunção carnal ou pratique qualquer ato libidinoso com pessoa menor de 14 anos. A tese foi fixada pela 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça em agosto de 2015.

A advogada da menina, Daniella Félix, afirma que “tanto o Código Penal quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente dizem que não existe consentimento de uma criança menor de 14 anos”, destaca.

“As medidas serão de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. O promotor propõe, analisa e o juiz decide de acordo com as provas, quais são as medidas adequadas a cada caso e circunstância”, explica a delegada. O resultado do exame pode demorar mais de 30 dias.

Bolsonaro vê desprezo pelas leis e aciona ministérios para apurar aborto em menina

O presidente Jair Bolsonaro acionou dois ministérios para apurar fatos envolvidos no aborto em uma menina de 11 anos em Santa Catarina. A criança, estuprada e induzida por uma juíza a não realizar a interrupção da gravidez, passou pelo procedimento na última quarta-feira. Ontem, Bolsonaro declarou que o episódio “causou a morte de um bebê saudável”, violou sigilo de Justiça e desprezou leis e princípios éticos.

“Solicitei ao MJ (Ministério da Justiça) e ao MMFDH (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) que apurem os abusos cometidos pelos envolvidos

nesse processo que causou a morte de um bebê saudável com sete meses de gestação, da violação do sigilo de justiça e do total desprezo pelas leis e princípios éticos, à exposição de uma menina de 11 anos”, publicou no Twitter.

O aborto ocorreu após o Ministério Público Federal recomendar o procedimento, analisando que ele está previsto em termos legais no Código Penal por ter sido decorrente de um crime de estupro. Nas redes, Bolsonaro também compartilhou a publicação do deputado federal Filipe Barros (PL-PR), que disse ter ingressado denúncia no Conselho

Nacional do Ministério Público contra a procuradora que emitiu a recomendação.

O presidente já havia dito mais cedo, em conversa com apoiadores, que “quem diz que esse caso da menina grávida de sete meses tem que abortar” é quem quer impor uma ditadura no Brasil. O caso de Santa Catarina tomou proporção nacional após informações reveladas pelo site The Intercept Brasil mostram que a possibilidade do aborto foi parar na Justiça do Estado. Na ocasião, a juíza chegou a questionar a criança, sobre a gravidez fruto de estupro: “Você suportaria ficar mais um pouquinho?”

Notícias do Dia

Moacir Pereira

“Inovação”

Inovação / Fapesc / Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina / Prêmio Inovação Caspar Erich Stemmer / Ex-reitor / UFSC / Cursos de Engenharia

Inovação

A Fapesc (Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina) promove nesta segunda-feira (27), a solenidade de outorga do Prêmio Inovação Caspar Erich Stemmer. Será às 14h, no Teatro do Centro Integrado de Cultura. O prêmio destaca os principais projetos inovadores na área tecnológica e leva o nome do ex-reitor da UFSC e um dos entusiastas e implantadores dos cursos de engenharia no Estado.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

25/06/2022

[Atendendo ordem do MPF, hospital realiza aborto em menina de 11 anos estuprada em Santa Catarina](#)

[Casca de ovo é base para fertilizante ecológico mais eficiente do que os convencionais](#)

[Comida da 'felicidade'? Saiba onde achar o aminoácido que ajuda no bem-estar](#)

[Dagmara Spautz fala dos novos cortes orçamentários na UFSC](#)

[Fim da novela](#)

[Prisco Paraíso entrevista Roberta Maas, a primeira mulher a presidir a Casan](#)

[UFSC tem corte definitivo de R\\$ 12,5 milhões no orçamento de custeio](#)

26/06/2022

Abuso sexual infantil é um grave problema da nossa sociedade, alerta juíza aposentada

Artigo: "A consulta da consulta"

Como estigma e violência institucional afetam até quem tem direito ao aborto no Brasil

Epagri

Epagri

Filhos e filhas do campo e da reforma agrária acessam a universidade federal através do Pronera

Mãe de menina vítima de estupro de vulnerável fala sobre audiência: 'Eu deveria responder por ela, não ela'

"Me sentia um nada", diz mãe de menina de 11 anos que teve aborto negado

MEI: Saiba quais as obrigações, como pagar imposto, emitir nota e outras

MEI: Saiba quais as obrigações, como pagar imposto, emitir nota e outras

MPF: Nota pública em apoio à atuação de procuradora no caso de criança vítima de estupro em Santa Catarina

UFSC tem corte definitivo de R\$ 12,5 milhões no orçamento de custeio

VOZES DO ORGULHO